

Dia da Luta Antimanicomial: uma prática educativa na perspectiva da Educação Popular

Anti-Asylum Fight Day: an educational practice from the perspective of Popular Education

Jaison Hinkel

Cláudia Sombrio Fronza

Eduarda Bauer Blasius

Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Blumenau/SC-Brasil

Marina Schiochet

Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III

Blumenau/SC-Brasil

Resumo

Neste texto, apresentamos um relato de experiência sobre a realização de um evento em celebração ao Dia da Luta Antimanicomial como uma prática educativa na perspectiva da Educação Popular. Realizado em Blumenau/SC, no ano de 2024, o evento contemplou uma pluralidade de ações (oficina, vivência, roda de conversa, cine-debate, apresentações artísticas, ato público/passeata, feira e exposição), de sujeitos (pessoas, coletivos, instituições públicas e redes) e contextos (saúde mental, assistência social, educação, cultura, arte e movimentos sociais). O evento indicou a relevância da interface entre Reforma Psiquiátrica, Economia Solidária e Educação Popular para o fortalecimento do paradigma da reabilitação psicossocial, especialmente no que se refere à possibilidade de ação em rede a partir de uma perspectiva antimanicomial, democrática e solidária.

Palavras-chave: Educação Popular; Luta Antimanicomial; Economia Solidária.

Abstract

In this text, we present an experience report on the realization of an event celebrating the Anti-Asylum Fight Day as an educational practice from the perspective of Popular Education. Held in Blumenau/SC, in 2024, the event encompassed a plurality of actions (workshop, experiential activity, conversation circle, film, artistic presentations, public act/parade, market, and exhibition), subjects (people, collectives, public institutions, and networks), and contexts (mental health, social assistance, education, culture, art, and social movements). The event indicated the relevance of the interface between the Psychiatric Reform, the Solidarity Economy, and Popular Education for strengthening the psychosocial rehabilitation paradigm, especially regarding the possibility of network action from an anti-asylum, democratic, and solidarity-based perspective.

Keywords: Popular Education; Anti-Asylum Movement; Solidarity Economy.

Um evento é (ou pode ser) uma prática educativa?

Neste texto, apresentamos um relato de experiência que contempla a realização de um evento em celebração ao Dia da Luta Antimanicomial, realizado no ano de 2024, na cidade de Blumenau/SC. Nosso objetivo é problematizar o Dia da Luta Antimanicomial como uma prática educativa na perspectiva da Educação Popular, considerando que se trata de uma atividade vinculada à perspectiva antimanicomial, que privilegia o protagonismo das pessoas em sofrimento mental e visa produzir e compartilhar saberes para a transformação das formas de se relacionar com a temática da saúde mental. Para isso, debatemos questões vinculadas à organização e à realização do evento, atentando para as potencialidades que a interface entre Educação Popular, Reforma Psiquiátrica e Economia Solidária podem oferecer para o fortalecimento do paradigma da reabilitação psicossocial.

Inicialmente, esclarecemos que optamos por colocar no título deste texto a expressão “prática educativa” porque, a partir de Freire (2005; 2009; 2022a), concebemos que toda prática é indissociável de um pensamento, e que a prática educativa é um processo de busca e transformação. Processo este que só é possível no campo da alteridade e que deve ter como compromisso o estabelecimento de relações democráticas que visam a prática da liberdade.

Para que possamos desenvolver as nossas reflexões, é preciso reconhecer as interfaces que permeiam os campos da Reforma Psiquiátrica, da Economia Solidária e da Educação Popular. Não nos deteremos aos aspectos históricos destes três movimentos, visto que eles já possuem uma trajetória de debates acadêmicos consolidada (Amarante, 1995; 2015; 2021; Brandão, 2006; 2013; Freire, 2005; 2009; 2022a; Laville, 2009; Gaiger, 2009; Lussi, 2009; Pitta, 2016; Singer, 2002; Vasconcelos, 2008, entre outros). Entretanto, a fim de colaborar com os leitores que não estão familiarizados com tais discussões, apresentaremos algumas informações com o objetivo de permitir uma compreensão, mesmo que introdutória, destes movimentos.

Segundo Amarante (2015; 2021), a Reforma Psiquiátrica está presente no Brasil desde os anos 1970 e, como um movimento social complexo, envolve um processo permanente de reflexões e transformações nos campos assistencial, conceitual e cultural. Para este autor, apesar de sua heterogeneidade, é possível considerá-la como um movimento protagonizado por usuários e profissionais vinculados a serviços de saúde mental que buscam superar o modelo asilar de tratamento, bem como visam desconstruir o imaginário social atribuído à

loucura, caracterizado por estigmas vinculados à incapacidade, à irracionalidade e à periculosidade.

A Economia Solidária, por sua vez, também é um movimento de difícil definição, pois está presente em diferentes contextos e possui variadas acepções. Segundo Laville e Gaiger (2009), podemos compreender que a Economia Solidária envolve um conjunto de iniciativas de produtores e consumidores que realizam atividades organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. Singer (2002) colabora para essa discussão ao afirmar que a Economia Solidária se apresenta no Brasil, especialmente a partir dos anos 1980, com a intencionalidade de desenvolver uma perspectiva crítica em relação ao modelo de desenvolvimento social, político e socioeconômico presente em nossa sociedade, a fim de que seja possível a construção de uma sociedade justa e solidária.

Reconhecemos que a interface entre esses movimentos pode ser identificada na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que estabelece diretrizes para a proteção e os direitos das pessoas em sofrimento mental, além de redirecionar o modelo assistencial em saúde mental. O artigo 2º da referida lei assegura que a pessoa em sofrimento mental tem o direito de “[...] ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade” (Brasil, 2001).

Paralelamente, a Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999, dispõe sobre a criação e o funcionamento das Cooperativas Sociais, que têm como objetivo a integração social de cidadãos em situação de vulnerabilidade. Conforme estabelecido no artigo 1º, tais cooperativas visam inserir pessoas em desvantagem no mercado econômico por meio do trabalho, fundamentando-se no interesse coletivo em promover a dignidade humana e a inclusão social. Ademais, o artigo 3º, inciso II, dessa legislação, inclui entre os beneficiários sujeitos com deficiência psíquica e mental, pessoas que necessitam de acompanhamento psiquiátrico permanente, egressos de hospitais psiquiátricos, bem como, no inciso III, pessoas com problemas derivados do uso abusivo de drogas (Brasil, 1999).

Outrossim, a interface entre a Reforma Psiquiátrica e a Economia Solidária torna-se ainda mais evidente na Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). No artigo 12 da referida portaria, estabelece-se que as ações de reabilitação psicossocial devem incluir iniciativas de geração de trabalho e renda vinculadas a

empreendimentos solidários e cooperativas sociais. Além disso, a norma destaca que essas ações têm como finalidade a inclusão produtiva, a formação e a qualificação para o trabalho de pessoas em sofrimento mental ou com necessidades decorrentes do uso de substâncias psicoativas (Brasil, 2011).

No que se refere às interfaces entre a Reforma Psiquiátrica e a Economia Solidária, acompanhamos as reflexões de Barberio *et al.* (2014), ao considerar que estes movimentos possuem referenciais teóricos distintos, porém apresentam um determinante ético em comum, já que estão voltados para a produção da autonomia e da inclusão social de pessoas em desvantagem social.

As ações de reabilitação psicossocial que estão indicadas na portaria supracitada, envolvem, segundo Pitta (2016), ações que possibilitam às pessoas em sofrimento mental o aumento da contratualidade afetiva, simbólica e material, viabilizando, no melhor nível possível, a sua autonomia para viver em comunidade. Pinho *et al.* (2014) colaboram com este debate ao considerar que a Reforma Psiquiátrica brasileira concebe a reabilitação psicossocial como eixo norteador da Política Pública de Atenção Psicossocial. Isto significa que a atenção psicossocial não deve ficar restrita ao viés terapêutico, tampouco deve se limitar aos serviços de saúde mental. Ela deve perpassar outros componentes das políticas públicas e contextos sociais, tais como instituições de ensino, associações, projetos sociais, esportivos e comunitários, entre outros espaços de convívio social e comunitário (Pitta, 2016; Pinho *et al.* 2014). Nestes termos, a Política de Atenção Psicossocial, que é fruto da Reforma Psiquiátrica brasileira, reconhece que a reabilitação psicossocial contempla formas de cuidado às pessoas em sofrimento mental vinculadas às dimensões da vida em sociedade, ou seja, precisam estar relacionadas ao trabalho, à moradia, à educação, à mobilidade, ao acesso a bens culturais etc.

Por fim, é importante reconhecer que a interface entre a Reforma Psiquiátrica e a Economia Solidária está permeada pela perspectiva da Educação Popular. Conforme Paludo (2012), a Educação Popular se configura no Brasil especialmente a partir dos anos 1960 como teoria e prática educativa alternativa à pedagogia tradicional liberal, no sentido de propor formas de produção e compartilhamento de saberes mediante o protagonismo dos sujeitos populares. Freire (2005; 2009; 2022a) nos auxilia a reconhecer que o processo educativo, nessa perspectiva, não se restringe aos espaços formais de educação e não se limita à aprendizagem de conteúdos técnicos, pois contempla uma pluralidade de espaços e sujeitos que viabilizam à pessoa ler o mundo e, a partir disso, assumir sua presença no mundo.

Ademais, Freire (2005; 2009; 2022a) aponta para a necessidade de reconhecer as dimensões estética, ética e política da prática educativa, visto que é mediante a proposição de uma ação dialógica que os sujeitos problematizam a realidade e, a partir disso, produzem processos de conscientização capazes de instaurar movimentos de luta por libertação em busca do “ser mais” (Freire, 2005, p. 86).

Portanto, em nosso entendimento, a interface entre Reforma Psiquiátrica, Economia Solidária e Educação Popular indica que o paradigma da reabilitação psicossocial, além de contemplar um conjunto de práticas intersetoriais, requer um processo educativo democrático, pois as pessoas em sofrimento mental, seus familiares, os profissionais dos serviços de saúde mental e os demais integrantes da sociedade precisam aprender formas de se relacionar com a temática da saúde mental não circunscritas à tradição autoritária da racionalidade biomédica.

Dias e Amarante (2022) contribuem com esta reflexão ao considerar que tanto a Educação Popular quanto a Reforma Psiquiátrica buscam produzir uma práxis capaz de romper com a subalternização de saberes e experiências de sujeitos que foram historicamente silenciados. Os autores demarcam, inclusive, que a interface com a Educação Popular contribuiu para fortalecer a perspectiva territorial do cuidado em saúde mental. Noutras palavras, a Educação Popular subsidiou as lutas de usuários e profissionais no campo da atenção psicossocial e foram estas lutas que geraram as condições necessárias para a construção de políticas públicas que buscam viabilizar, no melhor nível possível, a autonomia das pessoas em sofrimento mental para a vida em comunidade. É nesta direção que serão colocadas as reflexões que proporemos neste texto, pois temos o intuito de colaborar para qualificar os debates e ações de educação popular vinculadas ao campo da atenção psicossocial que visam o fortalecimento do paradigma da reabilitação psicossocial.

Sobre o Dia da Luta Antimanicomial

Segundo Moura e Passos (2012), o Dia da Luta Antimanicomial foi uma construção iniciada no ano de 1987, em Bauru/SP, a partir do II Congresso Nacional de Trabalhadores de Saúde Mental, momento que ficou considerado como um marco histórico da Reforma Psiquiátrica brasileira. Conforme as autoras, o intuito da criação do Dia da Luta Antimanicomial foi promover um momento de mobilização e de promoção de ações para a garantia de políticas de cuidado em liberdade para as pessoas em situação de sofrimento

psíquico. É a partir deste cenário que este texto apresenta um relato de experiência referente à realização de um evento em alusão ao Dia da Luta Antimanicomial, realizado na cidade de Blumenau/SC, em 2024.

Em relação à escrita deste texto, a opção pelo relato de experiência se justifica porque, conforme Mussi, Flores e Almeida (2021), consideramos que este formato de escrita reconhece que a experiência pode ser um ponto de partida para a produção de conhecimento científico, bem como pode colaborar para desenvolver um olhar crítico sobre uma ação acadêmica e/ou profissional. Assim, concebemos que a escrita deste relato de experiência pode incentivar uma reflexão crítica sobre a práxis educativo-política no âmbito da Educação Popular, especialmente no que se refere a sua articulação com a Reforma Psiquiátrica e a Economia Solidária.

No que se refere aos sujeitos envolvidos na realização do evento relatado neste texto, de acordo com os princípios da Educação Popular, da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária, a sua realização foi fruto do trabalho coletivo de diferentes sujeitos: a) integrantes da Associação de Familiares, Amigos e Usuários do Serviço de Saúde Mental de Blumenau (ENLOUCRESCER); b) usuários do Centro de Atenção Psicossocial Adulto (CAPS II), do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPS AD III) e do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi) de Blumenau; c) profissionais psicólogos, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais vinculados aos serviços de saúde mental do município e/ou que voluntariamente atuam na ENLOUCRESCER; d) estudantes dos cursos de Psicologia e Artes Visuais, juntamente com um professor do curso de Psicologia, ambos vinculados à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB), programa de extensão universitária que presta assessoria para a ENLOUCRESCER.

As ações para a organização do evento aconteceram predominantemente durante as reuniões administrativas da ENLOUCRESCER, realizadas em sua sede, com periodicidade semanal durante os meses de março, abril e maio de 2024. Todo o processo de tomada de decisão, organização e realização do evento ficou sob responsabilidade de todos os atores supracitados, visto que organizaram este momento de forma autogestionária. Portanto, a forma como se deu a organização e a realização do evento evidencia que a Reforma Psiquiátrica, a Economia Solidária e a Educação Popular, apesar de suas especificidades, possuem como ponto em comum a proposição de ações coletivas e democráticas que reconhecem a singularidade, a coletividade e a perspectiva ativa dos sujeitos envolvidos.

A seguir, apresentaremos reflexões advindas da participação dos autores deste texto na organização e realização do evento supradito. Vale destacar que, embora reconheçamos a potencialidade das vozes de todos os sujeitos que organizaram o evento, em função dos limites de escrita de um artigo, optamos por analisar as considerações dos quatro autores deste texto: dois professores universitários do projeto de extensão responsável pela experiência; um bolsista do referido projeto de extensão e uma profissional vinculada ao serviço de saúde mental e à associação que desenvolveu a experiência aqui relatada.

Interfaces entre Reforma Psiquiátrica, Economia Solidária e Educação Popular

O evento do Dia da Luta Antimanicomial ocorreu na Secretaria de Cultura e Relações Institucionais de Blumenau, no dia 16 de maio de 2024, entre 09 e 16 horas, e contou com a presença de aproximadamente 300 pessoas, oriundas das cidades de Apiúna, Blumenau, Brusque, Florianópolis, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Jaraguá do Sul, Pomerode e Timbó. O público do evento contemplou usuários e profissionais dos serviços de saúde mental e da assistência social, professores e estudantes universitários e comunidade em geral.

Em relação à programação, o evento foi composto por distintos momentos que abordaram questões vinculadas à reabilitação psicossocial: mesa de abertura oficial do evento com representantes do poder público, dos trabalhadores dos serviços de saúde mental, da associação ENLOUCRESCER e da ITCP/FURB; oficinas; vivência; roda de conversa; cine-debate; apresentações artísticas; ato público/passeata; exposições de artesanatos e artes visuais produzidas por usuários dos CAPS; fotografias selecionadas por estudantes de Psicologia; feira de produtos produzidos pelos usuários dos CAPS e pelos integrantes da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI); além de momentos para alimentação, tais como café da manhã, almoço e café da tarde.

Os limites de escrita deste texto não são suficientes para apresentar uma descrição e análise detalhada de cada um dos momentos aludidos. Por isso, direcionaremos nossa atenção para alguns elementos desta experiência que, em nosso entendimento, evidenciam as potencialidades das ações de reabilitação psicossocial na interface entre a Reforma Psiquiátrica, a Economia Solidária e a Educação Popular.

Uma primeira questão que nos chamou atenção foi a forma como ocorreu a organização do evento. Durante as reuniões preparatórias, foi possível perceber que a principal preocupação dos organizadores era proporcionar um momento de partilha e

acolhimento entre usuários e profissionais dos serviços de saúde mental da região de Blumenau. Essa preocupação visava tanto qualificar o debate sobre o protagonismo dos usuários nas ações de reabilitação psicossocial quanto dar visibilidade ao movimento da Luta Antimanicomial. Portanto, entendemos que o Dia da Luta Antimanicomial realizado na cidade de Blumenau em 2024 foi proposto para ser um bom encontro. A partir de Sawaia (2009), na esteira de Espinosa, concebemos que bons encontros são compostos por momentos em que a alteridade nos afeta e nos potencializa, isto é, são momentos “(...) potencializadores de liberdade, felicidade, criação e fruição do belo” (Sawaia, 2009, p. 370). Neste sentido, ao ser organizado para ser um bom encontro, o Dia da Luta Antimanicomial teve como objetivo se configurar como um momento potencializador, promovendo acolhimento, diálogo e compartilhamento de experiências, além de proporcionar acesso à produções artesanais e artísticas capazes de questionar os estigmas acerca da loucura e fortalecer as potencialidades das pessoas em situação de sofrimento psíquico grave.

Entre os elementos que mais demandaram atenção na organização do evento, identificamos questões relacionadas à escolha do local e à necessidade de oferecer uma programação diversificada capaz de contemplar e acolher os interesses e as necessidades dos participantes. A escolha da Secretaria de Cultura e Relações Institucionais de Blumenau para sediar o evento, por exemplo, foi justificada por alguns motivos, entre os quais merecem destaque: isenção de custo, local de fácil acesso via transporte público, pertencer à região central da cidade e possuir espaço físico capaz de acolher todas as ações previstas na programação.

A forma plural e diversificada da programação do evento, já mencionada no início desta sessão, só foi possível graças à articulação da associação ENLOUCRESCER com os seguintes atores sociais: Centro de Atenção Psicossocial Adulto (CAPS II), Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPSad III), Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi), Centro de Atenção Psicossocial de Blumenau, Secretaria de Cultura e Relações Institucionais (SMC), Secretaria Municipal de Promoção da Saúde (SEMUS), Serviço de Avaliação em Saúde (SAS), Associação Comunitária de Saúde Mental (COMUNS), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB), curso de Psicologia da referida universidade, Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI), Coletivo Laboral Multicultural de Experimentações e Intervenções Artísticas (COLMEIA) e Banda Municipal de Blumenau. Portanto, a pluralidade dos atores

sociais supracitados indicou que esse evento contemplou distintos sujeitos (pessoas, coletivos, instituições públicas e redes) pertencentes a diferentes contextos (saúde mental, assistência social, educação, cultura, arte e movimentos sociais) e que desenvolveram diversificadas ações (oficina, vivência, roda de conversa, cine-debate, apresentações artísticas, ato público/passeata, feira e exposições de artesanatos, artes visuais e fotografias).

A capacidade de estabelecer diálogo com diversos atores sociais e, a partir disso, realizar o evento, evidencia uma atuação em rede. Segundo Sheren-Warrene Lüchmann (2004), consideramos que a importância da ação em rede não se restringe a uma simples característica articulatória, pois sua potencialidade reside na possibilidade de gerar novas formas de institucionalidade e novas sociabilidades, decorrentes de uma lógica de cooperação solidária. Neste sentido, em relação ao Dia da Luta Antimanicomial, a atuação em rede não se caracterizou apenas pela variedade de atores sociais envolvidos no evento, mas pela proposição de uma programação que priorizou ações cooperativas voltadas para a produção e o compartilhamento democrático de experiências e saberes, com o objetivo de fortalecer as ações de reabilitação psicossocial realizadas na região de Blumenau.

Como ilustração, quando consideramos a participação do grupo de teatro Estações da Vida, que realizou uma das apresentações artísticas neste evento, percebemos que se trata de uma ação em rede realizada pela ENLOUCRESCER, coordenada por um professor de Teatro vinculado à ITCP/FURB, com o apoio de profissionais dos serviços de saúde mental de Blumenau e de bolsistas vinculados à ITCP/FURB. Ademais, por atuar numa perspectiva de interface entre o Teatro do Oprimido, a Economia Solidária e a Reforma Psiquiátrica, o grupo Estações da Vida realiza uma prática teatral autogestionária que contempla a implicação de seus integrantes em todas as esferas de atuação do grupo, desde a concepção, a adaptação e a criação dos elementos que compõem as peças teatrais até a escolha dos espaços para a apresentação (Raimundo; Hinkel; Murphy, 2022). Por isso, entendemos que esse grupo teatral configura uma ação em rede realizada de forma autogestionária e emancipatória, pois busca tecer ações que potencializam a coletividade e respeitam a singularidade de cada participante, com o objetivo de fortalecer as pessoas em sofrimento mental e transformar o imaginário social opressor relacionado à loucura.

A articulação da ENLOUCRESCER com diferentes atores sociais, exemplificada aqui mediante a ação do grupo teatral, pode ser pensada à luz das contribuições de Paulo Freire

(2022b) quando considera que a busca pela transformação social não pode se dar na solidão e sem esperança. Nestes termos, a transformação social é fruto de uma ação coletiva que se dá guiada pela esperança na efetiva possibilidade de ação em prol de uma "(...) sociedade menos feia (...)" (Freire, 2022d, p. 149). Vale destacar que para o autor a ideia de uma sociedade menos feia está em contraposição à "(...) boniteza de ser gente (...)" (Freire, 2009, p. 61).

Consideramos oportuno atentar para as palavras “feia” e “boniteza” adotadas pelo autor. Essas expressões aparecem em algumas de suas obras. Por exemplo, a primeira pode ser encontrada nos livros *À sombra desta mangueira* (2022b), *Pedagogia da Tolerância* (2022c) e *Pedagogia da Solidariedade* (2022d). A segunda, consta em *Pedagogia da Autonomia* (2009), *Pedagogia da Tolerância* (2022c) e *Pedagogia da Solidariedade* (2022d). Se lançarmos um olhar transversal sobre o uso que o autor faz dessas palavras, respeitando a especificidade de cada uma de suas obras, entendemos que essa vinculação com a ideia do feio e do belo pode ser concebida como uma provocação, pois desloca o uso cotidiano dessas expressões, geralmente atrelado à aparência e à superficialidade, para vinculá-las a um conjunto de questões que dizem respeito às contradições éticas e políticas presentes na sociedade, tais como a contradição entre sociedade injusta e justa, e entre sujeitos oprimidos e em libertação. Nessa medida, os usos que o autor faz das expressões “feia” e “boniteza” evidenciam a indissociabilidade entre as dimensões estética, ética e política da vida em sociedade. Portanto, inspirados em Freire (2009; 2022b; 2022c; 2022d), consideramos que a Luta Antimanicomial coloca em pauta a reabilitação psicossocial enquanto uma práxis coletiva e democrática que respeita as singularidades e está relacionada à necessidade de desconstruir a feiura e a injustiça da sociedade para reaprender a boniteza de ser gente, de reconstruir a si e ao mundo mediado pelo outro.

Outra questão que nos chamou atenção foi a predominância de ações mediadas por elementos artísticos presentes na programação do evento, tais como apresentação musical e teatral, oficinas, vivência, cine-debate, exposições e feira. No que se refere às apresentações musicais, por exemplo, houve momentos em que as pessoas em sofrimento mental e os profissionais dos serviços de saúde mental apresentaram as suas produções artísticas, como foi o caso do coral Vozes do AD, composto por usuários e profissionais do CAPS AD III. E tiveram outros momentos em que todos puderam apreciar a apresentação da banda Municipal de Blumenau e de músicos vinculados ao coletivo COLMEIA. Portanto, percebemos

que em relação às apresentações artísticas, o evento possibilitou às pessoas em sofrimento mental distintas formas de participação, seja como artista, seja como apreciador de arte. Em nosso entendimento, essa variação de posição que as pessoas puderam ocupar no evento é uma maneira de convidá-las a experimentarem diferentes formas de vivenciar o evento. Além disso, se atentarmos para a pluralidade de ações e sujeitos envolvidos na organização e realização do evento, podemos pensar que essa perspectiva convidativa para ocupar novos lugares está atrelada ao paradigma da reabilitação psicossocial. Isto porque, na esteira de Pitta (2016), concebemos que a reabilitação psicossocial só se faz possível a partir do momento em que as pessoas são desvinculadas das posições que lhes foram instituídas para aumentar a sua contratualidade afetiva, simbólica e material.

No que se refere à predominância de ações mediadas por elementos artísticos presentes no Dia da Luta Antimanicomial realizado em Blumenau, consideramos que as ações deste evento estão alinhadas às reflexões de Amarante e Torre (2018), quando afirmam que as experiências artístico-culturais são uma das maiores inovações da Reforma Psiquiátrica brasileira. De acordo com os autores, as experiências artístico-culturais colaboram para a construção de uma noção ampliada da Reforma Psiquiátrica, posto que revelam a necessidade de ações na dimensão sociocultural para transformar o imaginário social e promover novos modos de vida em sociedade. Nesta medida, os autores indicam que as ações artístico-culturais não podem estar restritas ao viés terapêutico e devem configurar possibilidades de produção de subjetividade capazes de reorientar modos de viver, de adoecer e de cuidar que visam romper com o discurso de inferioridade e incapacidade atribuído às pessoas em sofrimento psíquico.

Lima, Castro, Buelau, Valent e Inforsato (2015) também podem colaborar com este debate ao considerar que, no caso da Reforma Psiquiátrica brasileira, o diálogo entre arte e saúde mental fez emergir novos dispositivos de saberes, de forma que a saúde passou a ser relacionada com a possibilidade de experimentar a criatividade, potencializando as trocas sociais e ampliando as experiências culturais das pessoas que vivenciam sofrimento mental. É nesta perspectiva de ampliação das trocas simbólicas, afetivas e materiais que compreendemos as potencialidades das performances musicais, teatrais, visuais e poéticas realizadas durante o evento do Dia da Luta Antimanicomial. Vale destacar que reconhecemos um triplo valor nessas ações: a) revelam o processo de aprendizado de uma linguagem

artística por parte dos sujeitos que participaram das oficinas que deram origem às apresentações artísticas; b) propiciam acesso gratuito a bens culturais aos participantes das oficinas e ao público presente nas apresentações; c) possibilitam a ampliação do diálogo entre as pessoas que vivenciam e aquelas que não vivenciam sofrimento mental grave, uma vez que o evento também contou com apresentações de artistas locais que não estão vinculados aos serviços de saúde mental.

Outra questão que merece atenção refere-se à vinculação do Dia da Luta Antimanicomial, realizado em Blumenau, com a Economia Solidária. Como mencionado anteriormente, esse evento tornou-se viável por meio da interface entre Educação Popular, Reforma Psiquiátrica e Economia Solidária. Neste momento, interessa-nos discutir as contribuições específicas da Economia Solidária para a estruturação do evento. Em primeiro lugar, é fundamental destacar que essa perspectiva dialógica entre os três movimentos sociais mencionados foi viabilizada pela organização coletiva do evento, com a ENLOUCRESCER desempenhando um papel central nesse processo.

Enquanto associação fundamentada nos princípios da Economia Solidária, a ENLOUCRESCER assumiu a iniciativa na promoção do evento e, ao longo de toda a organização, pautou suas ações na concepção de que a reabilitação psicossocial deve ser coletiva, democrática e autogestionária. Tal compreensão decorre do reconhecimento de que a Economia Solidária questiona o modelo de desenvolvimento social, político e econômico vigente, ao mesmo tempo em que defende a possibilidade de uma sociedade mais justa e solidária. Assim, a ENLOUCRESCER mobiliza seus associados e parceiros para estabelecer relações solidárias, colaborando na construção de formas plurais de convivência que respeitem a singularidade daqueles que vivenciam situações de sofrimento mental.

Podemos aproximar essa discussão da perspectiva de Amarante (2015) ao destacar a potência da proposta de Basaglia, psiquiatra italiano e uma das principais referências para a Reforma Psiquiátrica brasileira. Basaglia propõe "colocar a doença mental entre parênteses", não no sentido de negligenciá-la, mas de promover uma ruptura epistemológica que desloca a condição de sofrimento mental para um segundo plano e prioriza o reconhecimento do sujeito e de suas potencialidades. Nessa perspectiva, a reabilitação psicossocial pode ser compreendida como uma práxis democrática e coletiva, respeitando a singularidade e promovendo a autonomia dos sujeitos. Nesse sentido, Pitta (2016, p. 11) reforça essa concepção ao afirmar que "a liberdade é terapêutica". Assim, as ações relatadas neste texto

nos levam a refletir que desenvolver estratégias de reabilitação psicossocial significa reconhecer que as pessoas em sofrimento mental são sujeitos em busca de liberdade e emancipação, buscando superar os estigmas que as marginalizam.

Outro aspecto relevante é o formato participativo adotado na programação do evento. Grande parte das atividades demandava a participação ativa dos presentes, incluindo rodas de conversa, vivências, oficinas, cine-debate e atos públicos. Dessa forma, o evento não se limitou a uma proposta expositiva, mas incentivou o engajamento direto dos participantes, tornando-os protagonistas da experiência. Essa dinâmica reforça a importância da interface entre Educação Popular, Reforma Psiquiátrica e Economia Solidária, uma vez que esses três movimentos partilham a concepção de que a ação dos sujeitos é um elemento constitutivo da realidade.

Mais uma vez, podemos articular essa reflexão à perspectiva de Freire (2022c), para quem a experiência e o conhecimento estão intrinsecamente relacionados: "se você passa por uma experiência, a experiência passa por você, e aí, nesta mútua 'passagem', fica um conhecimento que a experiência deixou" (Freire, 2022c, p. 178). Nessa linha, o conhecimento construído por meio da experiência é um saber democrático, caracterizado pela troca e pelo reaprendizado contínuo, que Freire (2022d, p. 30) denomina "a boniteza do processo", ou seja, a essência da educação democrática.

Considerando a importância da relação entre experiência e saber, é pertinente destacar alguns aspectos que marcaram a experiência dos autores deste texto na realização do evento alusivo ao Dia da Luta Antimanicomial. Para a estudante de Psicologia, bolsista da ITCP/FURB, que participou ativamente de todo o processo de organização e execução do evento, merece destaque a possibilidade de vivenciar na prática o funcionamento das ações de reabilitação psicossocial. Ademais, tornou-se evidente que tais ações só são efetivas quando articuladas a diferentes sujeitos e territórios, e quando priorizam a autonomia dos usuários dos serviços de saúde mental. Além disso, a participação nesse evento proporcionou um aprofundamento do conhecimento sobre as possibilidades de atuação profissional do psicólogo, especialmente nos campos da Psicologia Comunitária e da Psicologia da Saúde.

Para os dois professores universitários vinculados à ITCP/FURB, a realização do Dia da Luta Antimanicomial evidencia, sobretudo, a potencialidade da extensão universitária como uma ação dialógica capaz de contribuir para a transformação da realidade local. Isso porque,

quando a extensão universitária estabelece diálogos e ações concretas com a comunidade, ambas as partes são impactadas: a comunidade passa a acessar saberes antes inacessíveis, enquanto a universidade fortalece a produção de conhecimento fundamentada na realidade. Esse processo possibilita uma formação acadêmica qualificada em termos técnicos, éticos e políticos para os estudantes, além de ressaltar a importância de uma atuação profissional comprometida com o fortalecimento e a qualificação das políticas públicas.

No que se refere à profissional do serviço de saúde mental que integrou a organização do evento, destaca-se a importância do Dia da Luta Antimanicomial na reafirmação do compromisso ético-político dos profissionais da área. Além disso, o evento possibilita a sensibilização de usuários e profissionais que ainda não estão diretamente envolvidos com as pautas e ações desse movimento, favorecendo a ampliação do engajamento. Essa articulação fortalece a atuação dos profissionais que trabalham sob a perspectiva antimanicomial, evitando que se sintam isolados, e fomenta a construção de redes de apoio para a reabilitação psicossocial. Ademais, a programação do evento também se configura como um momento de formação continuada, ao permitir o intercâmbio de experiências entre profissionais provenientes de diferentes municípios. Outro aspecto relevante é o fortalecimento dos vínculos entre profissionais e usuários dos serviços de saúde mental, uma vez que o evento proporcionou interações em um espaço distinto daquele delimitado pelas dinâmicas institucionais frequentemente presentes nos serviços de saúde mental.

Por fim, ressaltamos a relevância do evento como estratégia de disseminação da Luta Antimanicomial, tornando esse debate acessível a usuários dos serviços de saúde mental, profissionais da área, estudantes e professores universitários, além da comunidade em geral, que muitas vezes não tem contato com essa discussão. Um exemplo desse impacto foi a devolutiva que uma turma do curso de Psicologia, composta por 27 estudantes, deu a um dos autores deste texto durante uma aula que ocorreu em seguida ao evento. Os estudantes relataram que a participação neste evento foi extremamente enriquecedora, pois eles desconheciam o movimento antimanicomial, os princípios da reabilitação psicossocial e o papel da universidade no fortalecimento das políticas públicas.

É fundamental destacar que essa devolutiva foi resultado da participação ativa dos estudantes no evento. Estes estudantes pertenciam ao primeiro semestre do curso de Psicologia e estavam cursando uma disciplina que tinha previsto em sua ementa uma ação de curricularização da extensão. Mediados por um professor e uma bolsista da ITCP/FURB, eles

desempenharam diversas atividades: participaram de quatro reuniões com a ENLOUCRESCER para colaborar na organização do evento; realizaram uma visita técnica ao Centro Público Vitrine de Economia Solidária para aprofundar seus conhecimentos sobre Economia Solidária; produziram materiais para o evento, como marcadores de página e cartazes; organizaram uma exposição fotográfica sobre a história da Luta Antimanicomial, que ficou exposta durante o evento; e atuaram como monitores, auxiliando o público no acesso aos espaços das atividades. Dessa forma, ao considerar as ações e os relatos dos estudantes, reafirmamos as reflexões de Fleuri (2019), que concebe a extensão universitária como um processo educativo e científico que estabelece uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Mais do que uma simples "ponte" entre a teoria e a prática, a extensão universitária pode se configurar como um espaço de construção coletiva de saberes voltados para a promoção de uma sociedade mais justa e solidária. No contexto específico deste debate, ao aproximar estudantes, professores, usuários e profissionais dos serviços de saúde mental e integrantes de movimentos sociais, a extensão universitária contribui para a desconstrução dos estigmas relacionados ao adoecimento mental e para o fortalecimento do paradigma da reabilitação psicossocial.

Algumas considerações...

A partir das experiências e reflexões compartilhadas neste texto, consideramos que o Dia da Luta Antimanicomial, realizado em Blumenau no ano de 2024, transcende a mera celebração de uma data e se configura como uma prática educativa. Isto porque reconhecemos que o evento foi capaz de promover espaços de diálogo e partilha de experiências e saberes entre diferentes atores sociais, o que contribuiu para desconstruir estigmas que associam pessoas em situação de sofrimento mental à periculosidade, incapacidade e irracionalidade, bem como colaborou para fortalecer o desenvolvimento de ações de reabilitação psicossocial na região de Blumenau, visto que o evento contemplou pessoas advindas de dez municípios.

A diversidade de atividades contempladas no evento, tais como oficina, vivência, roda de conversa, cine-debate, apresentações artísticas, ato público/passeata, feira e exposição permitiu que diferentes vozes e experiências fossem valorizadas, promovendo especial atenção para o protagonismo dos usuários dos serviços de saúde mental. Merece destaque a

relevância da dimensão artística presente na programação do evento, posto que as apresentações musicais, teatrais, oficinas, vivências e exposições proporcionaram momentos de experimentação e fruição da arte, desvinculando a saúde mental do viés meramente terapêutico e ampliando as possibilidades de transformação sociocultural. A participação ativa das pessoas em sofrimento mental como artistas e apreciadores de arte desafiou as noções de incapacidade e passividade, promovendo novas formas de subjetivação e de interação social.

O formato participativo adotado na maior parte das atividades realizadas no evento configurou uma espécie de convite para que os presentes se posicionassem como participantes ativos. Deste modo, alinhado aos princípios da Educação Popular, o evento enfatizou a indissociabilidade entre experiência e saber, valorizando os saberes que emergem do encontro e da troca entre os sujeitos que participaram de cada atividade. Ao conceber que o conhecimento advindo da experiência é um saber democrático, consideramos que o Dia da Luta Antimanicomial, realizado em Blumenau, coloca em pauta a reabilitação psicossocial como uma prática educativa, coletiva e democrática que visa à desconstrução das injustiças e desigualdades sociais vinculadas às pessoas em sofrimento mental para que seja possível reaprender a boniteza de ser gente. Ademais, a experiência do evento também acena para o importante papel que a extensão universitária pode desempenhar ao conectar saberes acadêmicos com os saberes da comunidade, promovendo uma formação mais qualificada para os estudantes e profissionais, bem como contribuindo para fortalecer políticas públicas numa perspectiva antimanicomial.

Ao contemplar um público amplo e diversificado, incluindo usuários e profissionais de saúde mental, estudantes e professores universitários, e membros da comunidade local, o evento se configurou como um meio de divulgação das pautas e ações da Luta Antimanicomial. Ao desmistificar o debate e promover uma reflexão crítica sobre a saúde mental o evento semeou a esperança de uma sociedade mais justa e solidária, na qual a diferença seja valorizada e a loucura seja compreendida como uma dimensão da diversidade humana. Assim, este texto destaca a relevância da articulação entre a Reforma Psiquiátrica, a Economia Solidária e a Educação Popular para o fortalecimento do paradigma da reabilitação psicossocial. Ademais, evidencia que essa conexão requer um trabalho em rede, envolvendo múltiplos atores sociais que atuam numa perspectiva democrática. Por fim, este texto aponta para a necessidade de pesquisas futuras que investiguem as contribuições da Educação

Popular para: o protagonismo dos usuários dos serviços de saúde mental; o fortalecimento das políticas públicas; e a qualificação de profissionais da saúde mental, estudantes e docentes universitários na perspectiva da reabilitação psicossocial.

Referências

AMARANTE, Paulo (Org.). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

AMARANTE, Paulo. **Teoria e Crítica em Saúde Mental: textos selecionados**. São Paulo: Zagodoni, 2015.

AMARANTE, Paulo. **Loucura e Transformação Social: autobiografia da reforma psiquiátrica no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Zagodoni, 2021.

AMARANTE, Paulo; TORRE, Eduardo Henrique Guimarães. De volta à cidade, sr. cidadão! reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 6, p. 1090-1107, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rap/a/VxnVXZN4bD3bqCTVJwzxBQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2024.

BARBERIO, Iolanda Cristina *et al.* Incubação do Recriart: parceria entre a prefeitura municipal e a Universidade Federal de São Carlos. In: PINHO, Kátia, Liane, Rodrigues; PINHO, Leonardo Penafiel; LUSSI, Isabela Aparecida de Oliveira; MACHADO, Maria Lúcia Teixeira. (Org.). **Relatos de Experiências em Inclusão Social Pelo Trabalho na Saúde**. São Carlos: Compacta, 2014. p. 209-224.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Popular antes e agora. **Ideação**, v. 15, n. 01, p. 10-24, 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999**. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 nov. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9867.htm. Acesso em: 04 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm Acesso em: 04 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 dez. 2011. Disponível em:

https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 04 fev. 2025.

DIAS, João Vinicius dos Santos; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Educação popular e saúde mental: aproximando saberes e ampliando o cuidado. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 132, p. 188-199, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/sN8NWvCCgYzhM9ZPNkbtSG/abstract/?lang=pt> Acesso em: 15 out. 2024.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Conversidade**: diálogo entre universidade e movimentos sociais. João Pessoa: CCTA, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 40 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática docente. 39 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 32 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022a.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância**. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022c.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Solidariedade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022d.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 162-168.

LIMA, Elizabeth Araújo; CASTRO, Eliane Dias de; BUELAU, Renata Monteiro; VALENT, Isabela Umbuzeiro; INFORTSATO, Erika Alvarez. Interface arte, saúde e cultura: um campo transversal de saberes e práticas. **Interface: Comunicação, Saúde**, v. 19, n. 55, p. 1019-1022, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/Ynm4wjGRnzZXjJ6m7yPsybm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 22 jul. 2024.

LUSSI, Isabela Aparecida de Oliveira. **Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social**: concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral. 2009. 171 f. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica), Programa de Pós-graduação em Enfermagem Psiquiátrica, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

MOURA, Rúbia Mara Barbosa.; PASSOS, Izabel Christina Friche. O desfile do 18 de maio em Belo Horizonte (MG): análise do processo de sua construção. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 4, n. 8, p. 133-145, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68678>>. Acesso em: 14 maio 2024.

MUSSI, Ricardo Fraklin de Freitas.; FLORES, Fabio Fernandes.; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: <https://app-testes-periodicos.uesb.br/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 27 maio 2025.

PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 282-287.

PITTA, Ana (Org.). **Reabilitação psicossocial no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

RAIMUNDO, Mahasiãh; HINKEL, Jaison.; MURPHY, Roberto Carlos. Teatro, saúde mental e economia solidária: um relato de experiência junto a associação ENLOUCRESCER. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 96–107, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/66013>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/SNXmnP85p4XsKmsrWgbgtp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 dez. 2024.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 13-35, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1976>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). **Abordagens psicossociais, volume II: reforma psiquiátrica e saúde mental na ótica da cultura e das lutas populares**. São Paulo: Hucitec, 2008.

Sobre os autores

Jaison Hinkel

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-graduação em Educação e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

E-mail: jhinkel@furb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6446-0626>

Cláudia Sombrio Fronza

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento

Regional da FURB. Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB).

E-mail: cfronza@furb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2128-1780>

Eduarda Bauer Blasius

Graduanda em Psicologia pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Bolsista da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB).

E-mail: ebblasius@furb.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8855-8824>

Marina Schiochet

Mestre em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III de Blumenau/SC.

E-mail: marina.schiochet@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2566-0961>

Recebido em: 13/05/2025

Aceito para publicação em: 09/06/2025